

QUANDO SURGE A CIDADE, NÃO MORRE O CAMPO: SOBRE A EMERGÊNCIA DE NOVAS RURALIDADES

QUAND LA VILLE APPARAÎT, LA CAMPAGNE NE MEURT PAS: SUR L'ÉMERGENCE DES NOUVELLES RURALITÉS

**Pâmela Daniele Ramos Tuller
Maria da Luz Alves Ferreira
Andréa Maria Narciso Rocha de Paula**

pamellatuller@yahoo.com.br
mariadaluz@oi.com.br
andreapirapora@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Montes Claros

Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social
Avenida Ruy Braga, s/n, Vila Mauricéia – Montes Claros/MG CEP 39.401-089
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro - Prédio 3 – Sala 111

Resumo: O presente trabalho cuida tratar da emergência de novas formas rurais e citadinas de vida a partir do estudo do surgimento das cidades (e sua evolução até a sociedade industrial, como também das bases fundamentais dessa estrutura), em paralelo ao estudo da urbanização e do avanço dessa última sobre as cidades, o campo e a sociedade, como um todo. As conclusões alcançadas ao final permitiram compreender a importância das cidades, enquanto agente transformador, mais do que simplesmente palco, como também que a urbanização, a produção social das formas espaciais, pela industrialização, provocou severas modificações na sociedade. A urbanização ultrapassou as fronteiras da cidade em direção ao campo, que, aparentemente contraditório à cidade, passou a ter uma dependência da cidade, de modo que suas fronteiras vêm sendo, marcadamente, mitigadas; ademais de reproduzidas novas formas, próprias, citadinas e rurais, de vida que refletem todas essas modificações ocorridas.

Palavras Chave: Urbanização; Ruralidades; Urbanidades.

Résumé: Cet article propose discuter l'émergence de nouvelles formes rurales et urbaines de vie, à partir de l'étude de l'émergence des villes (et son évolution jusqu'à la société industrielle, mais aussi les bases fondamentales de sa structure), en parallèle à l'étude de l'urbanisation et progresser de celui-ci sur les villes, la campagne et la société dans son ensemble. Les conclusions à la fin nous ont permis comprendre l'importance des villes comme agent de transformation, plus que la scène, mais aussi bien que l'urbanisation, la production sociale des formes spatiales par l'industrialisation, a provoqué des importants changements dans la société. L'urbanisation franchi les frontières de la ville vers la campagne, que, apparemment contradictoire à la ville, se mit en relation le plus profondément avec la ville, de sorte que leurs limites ont été nettement atténués; d'ailleurs, elle a reproduit des nouvelles formes urbaines e rurales de vie, ces qui reflètent tous ces changements.

Mots-clés: Urbanisation; Ruralités; Urbanités.

INTRODUÇÃO

Uma sociedade é considerada tipicamente capitalista para Weber (1980) quando a satisfação das necessidades for orientada de tal maneira que, na hipótese se eliminar esse modo de produção, certamente a satisfação das necessidades não lograria ser realizada.

Atualmente parece que a mesma afirmação pode ser feita em relação às cidades. É inimaginável compreender a vida humana se suprimidas elas fossem. O mencionado autor as apresenta como um ator, que

criou os partidos e os demagogos, as camarilhas, as facções da nobreza, candidatos a cargos públicos, (...) somente ela criou as manifestações características da história da arte, (...) produziu ciência no sentido atual. (...) Ela é o centro de determinadas religiões (como o judaísmo e o cristianismo). (...) Somente ela criou o pensamento teológico, só ela expressou as ideias desligadas do sacerdotal. (...) Ela é a sede do lugar do comércio e da indústria e necessita, sem interrupção, ser abastecida de fora com os artigos de primeira necessidade. (p. 147)

A cidade contemporânea, no entanto, abriga, além das grandes criações que contribuíram para a evolução social, significativas desigualdades, a começar pela forma como o solo urbano é parcelado (ela é zoneada, dividida em bairros, regiões não apenas físicas mas morais) ou são apropriados os espaços (os indivíduos nela são distribuídos de maneira desigual, a partir de complexos mecanismos). Alguns fenômenos, como o pertinente às aglomerações subnormais e moradores de rua, não são observados senão nas cidades.

Plassard (2000) descreve a cidade como uma grande (em termos de extensão) comunidade humana, alimentada por suportes diferenciados. Ela é um sistema composto por indivíduos e instituições em permanente interdependência; ao mesmo tempo, uma ordem social. Ela demarca a coexistência de plurais culturas, cujas influências são projetadas de modo distinto sobre os, nesse sentido, igualmente plurais, indivíduos.

O modo de vida inscrito nas cidades, a saber, o urbano, guarda diferenças com o experimentado nas comunidades menores (mais coesas inclusive no tocante à normatividade que se impõe aos indivíduos). A especificidade do modo de vida urbano, assim, ressalta a observada no rural. Mas a urbanização, ainda em plena expansão, tende a suplantiar essas diferenças, em virtude de seus processos indicarem a multiplicação da cultura urbana (dos elementos que a demarcam, já que é comum a esse modo de vida a coexistência de pluralidades), sobre a cidade e também sobre o campo. Chegou-se a ser profetizada a morte (o desaparecimento por completo) deste último.

A despeito de tudo isso, o que se percebe atualmente é que novas ruralidades (e urbanidades) parecem emergir, com tendência à estabilização, na sociedade brasileira, demarcando o desenvolvimento de uma dinâmica própria. É o caso, por exemplo, do crescimento das atividades não rurais hoje praticadas, no campo, pelos camponeses. Questiona-se, diante disso, se o surgimento das cidades e expansão da cultura urbana demarcou, verdadeiramente, o fim do campo (e do rural).

O presente estudo, portanto, cuida tratar do surgimento das cidades e sua evolução até a sociedade industrial, como também das bases fundamentais da sociedade industrial, em

paralelo ao estudo da urbanização e do avanço dessa última sobre as cidades, o campo e a sociedade, como um todo, a fim de verificar a possível emergência de novas ruralidades.

BREVE HISTÓRICO DO SURGIMENTO DAS CIDADES

A cidade moderna, e urbana, pode ser bem compreendida tomando-se como ponto de partida a industrialização. Isso não significa que a cidade tenha sua gênese no movimento industrial porque a ele preexiste, como a cidade asiática, a antiga (grega e romana) e, mais adiante, a medieval. (LEFEBVRE, 1969)

Nesse sentido, Marx (1991) observou que a história da antiguidade equivalia à história das cidades, mas de cidades estruturadas na propriedade da terra e na agricultura. Na Idade Média, contudo, o campo assumiu especial relevância, vindo as cidades a experimentar significativo declínio, quando, então, o campo se sobrepõe, em termos de importância, à cidade e ambos os ambientes são compreendidos como realidades distintas.

Durante a modernidade, destaca o mencionado autor, a separação entre campo e cidade persiste e esta última alcança o seu apogeu no cenário histórico. Por outro lado, o campo, em certa medida desvalorizado, começa a enfrentar significativas mudanças, consistentes, em síntese, na sua urbanização.

Castells (2000) adverte que os primeiros aglomerados fixos, isto é sedentários, com forte densidade populacional remontam ao fim do período neolítico (10.000 a 3.000 anos a.C), por consequência de avanços nas técnicas de produção agrícola, que permitiram o excedente, e do desenvolvimento dos sistemas de divisão e distribuição dos alimentos, devido à organização social e capacidade técnica então alcançadas.

Para este autor, as cidades eram as formas de residência adotada pelos membros desse tipo de organização social, cuja presença direta na produção agrícola não se fazia necessária, a exemplificar, os religiosos, os administradores e políticos. O excedente produzido no campo passou a ser transferido para as cidades, motivo pelo qual ele contribui para o surgimento das mesmas, conforme destaca Singer (1990).

Algumas cidades antigas, sobretudo as imperiais, reuniam, ainda, as funções comerciais e de gestão, porém, não foram utilizadas como espaço para a produção. Por ocasião da Idade Média, esse foi um dos fatores que favoreceu o quase desaparecimento das cidades, tendo em vista que, em sendo as funções político-administrativas substituídas pelo poder dos feudos locais, não haviam mais razões para a manutenção das cidades, salvo no que tangesse à preservação de espaços destinados à administração clérica ou exercício das funções de proteção. (CASTELLS, 2000)

Segundo este autor, as cidades surgiram como integrantes de um sistema social específico: ainda tipicamente rural, mas que comportava realidades, por vezes, distintas (o campo e a cidade, propriamente ditos). Não se tratava, pois, de um sistema posterior ao rural, tampouco alijado deste, mas de um sistema envolvendo estreita e intimamente a ligação entre o campo e a cidade.

Weber (1980) enfatiza que a cidade, compreendida como uma corporação política, originou-se, também na Antiguidade, de agrupações defensivas, vindo a ser, durante longos anos, considerados cidade apenas os recintos fortificados. Mesmo os interesses lucrativos transmutavam-se em interesses bélicos. Exatamente por essa razão, o rol de cidadãos não era ampliado, o que também pode ter contribuído para o declínio de algumas importantes cidades da época, como as gregas, sobretudo, quando, na Idade Média, o centro da atividade beligerante foi deslocado para o campo, ou seja, para junto dos cavaleiros, que chegaram a ser proibidos de fixar residência nos limites das cidades.

Conforme o autor, embora as cidades possam não ter surgido a partir, Revista Desenvolvimento Social No 11/01, 2014. (ISSN 2179-6807) pp. 67-76

especificamente, da atividade comercial, é evidente que a existência de pessoas, ou grupos delas, que não cobrissem suas próprias demandas, tornava o intercâmbio regular de mercadorias uma característica comum às cidades.

Afirmar que as cidades Antigas eram consideradas precipuamente agrárias, como o fez Marx (1991), implica no fato de que a maior parcela de sua população não se valia do mercado para satisfazer suas necessidades diárias, não impedindo, contudo, que o mercado se tornasse típico nas cidades. Daí a declaração de Weber (1967) no sentido de todas as cidades serem um local de mercado, economicamente falando: a especialização constante da produção econômica teria resultado na necessidade de se fazer o abastecimento das populações citatinas ou camponesas por intermédio mercado, disto decorrendo que as cidades mais destacadas foram as participantes do comércio, seja por razões políticas ou posição geográfica.

Da associação política municipal, tanto na Antiguidade quanto na Idade Média, segundo Weber (1980), participavam ativamente estipes ditas cavaleirosas, com regimentos de vida próprios, ao passo que as demais pessoas ficavam obrigadas a sujeição às estirpes. Na Antiguidade e na Idade Média, durante certo tempo, a democratização (do acesso a direitos e inclusive ao voto) dependia da militarização.

O cidadão típico de direito pleno na Antiguidade era o proprietário rural, por outro lado, na Idade Média era o comerciante ou o artesão. As linhagens, no primeiro período assinalado, precisavam, portanto, firmar-se junto às circunscrições dos proprietários de terra, enquanto que, no segundo, às corporações hierarquicamente dispostas. A esse respeito, o mencionado autor afirma haver a cidade antiga se “agrário” e a medieval se “artesanal”.

Lefebvre (1969) resume a cidade antiga (baseada na propriedade e na escravidão) como essencialmente política, já a medieval (mergulhada em relações feudais, mas também em luta contra o feudalismo da terra), como comercial, artesã e bancária, enfim, integradora dos mercados, até, então, dispersos da esfera cidadina.

Porém, com a industrialização (e, por conseguinte, com o capitalismo concorrencial) a cidade, na Europa Ocidental, recupera o vigor perdido por ocasião do fim da Antiguidade. Os poucos núcleos urbanos sobreviventes ao medievo tornaram-se o centro das atividades comerciantes, haja vista que as cidades, embora degradadas, durante a Idade Média, acumularam, através do comércio e da usura, grandes riquezas, monetárias (sobretudo) ou virtuais, como o conhecimento, ao passo que os feudos não, explica este autor.

Quando a industrialização estava por começar a fazer frente (pelos empresários), a riqueza imobiliária e rural não eram mais dominantes. Deste modo, as terras integradas aos feudos passavam a compor o patrimônio dos empresários urbanos enriquecidos e, conseqüentemente, a sociedade (aqui considerando o campo, a cidade e as instituições que regulamentam as relações entre ambos os espaços) passa a se constituir em redes de cidades, com alguma divisão do trabalho. Foi sob essa estrutura que se erigiu o Estado, enquanto poder centralizador. Aliás, justamente devido a esse efeito centralizador do poder, surge uma cidade pra impor-se sobre as demais, qual seja, a denominada de capital. (LEFEBVRE, 1969)

O dito autor, sintetizando algumas ideias propostas por Marx e Engels, afirma que a relação entre cidade e campo, claramente distinguidos no feudalismo, fez nascer a manufatura, desenvolvida, depois, na grande indústria. A partir disso, a grande indústria se torna o motor de expressivas mudanças: notadamente com foco na transformação de todos os capitais em capital industrial, na subordinação da ciência e da natureza a seu favor, como também na alteração do ritmo de vida dos indivíduos, compelindo-os, sempre, à tensão extrema de suas energias, ademais, na transformação das relações naturais em relações

monetárias, dentre outros. Assim as grandes cidades industriais, as comerciais e políticas, assumiram o lugar das cidades naturalmente originadas.

Superada a exposição dos apontamentos a respeito da origem das cidades e de como ela evoluiu até a industrialização, convém seja a cidade sob a égide da indústria melhor detalhada, o que será feito no próximo tópico e em conjunto à temática da urbanização e apontamentos iniciais relativamente às transformações operadas no campo.

INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO (DA CIDADE, DO CAMPO E DA SOCIEDADE): UM RURBANO¹ QUE APARECE?

A manufatura, precedente à indústria, surge fora das cidades, como evolução das atividades doméstica concretizadas pelas famílias. Essas atividades nela realizadas dispensavam capacitação técnica especializada, fato este que, associado às restrições impostas pelas corporações, nas cidades medievais, tornou a manufatura a grande alternativa de sobrevivência das dilatadas massas de camponeses oprimidos pela nobreza real, de exércitos dispensados e tantos outros. (MARX, 1991)

A indústria, de outra face, orientou-se para o meio urbano. Ela propiciou a separação do trabalhador de suas condições naturais de produção (a terra, seus instrumentos, formas de produzir na terra, culturas, cultivos, frutos), subordinando tudo ao capital. É nesse momento que surge o fabricante e o trabalhador livre, aguardando vender sua força de trabalho em troca de um salário. (SINGER, 1990)

Conforme o apontado autor, desse novo modo de produção surge o fenômeno urbano. A produção, em larga escala, demandava uma série de serviços atrelados ao armazenamento e ao transporte, por exemplo, que se fixavam nos contornos e em favor da indústria. Assim, quando uma fábrica não surgia na cidade, uma cidade surgia no entorno da fábrica.

Essa cidade, porém, contrasta-se com a comercial, predominante no do período medieval, posto que a cidade estruturada pela indústria logrou o êxito de atrair para si o, e se impor como, poder político, até então situado no campo, nos feudos; a burguesia industrial teria, de acordo Singer (1990), tomado, em nome do liberalismo econômico, as cidades.

A industrialização foi transformada em indicador de desenvolvimento e modernidade. Somente os Estados que se industrializassem seriam considerados desenvolvidos, os demais, subdesenvolvidos. Em nome dessa ideologia, novos centros industriais precisariam alcançar o mundo. Para tanto, era imperativo expandir a cultura do consumo. Até os camponeses, que já demandavam produtos manufaturados, deveriam se tornar consumidores dos agora industrializados, logo, não auto-produzidos. Neste concerto, a produção agrícola restou subordinada à aquisição de produtos industrializados, tais como os fertilizantes, tratores etc. É aqui que a cidade se torna o centro, também, da produção agrícola (a partir de então na cidade comercializada, transformada e redistribuída também aos campos). (SINGER, 1990)

Para este autor, a instalação de centros industriais tende a atrair as populações das áreas circunvizinhas a eles. Quanto mais se destaca o crescimento demográfico das cidades nas quais os centros se instalam ou que se formam no entorno dos mesmos, tanto mais o mercado assume importância para os bens e para o consumo (de produtos ou serviços, agora tornados os mais variáveis possíveis, como os de educação, antes prestado pelas próprias famílias e agora por estabelecimentos especializados, a partir de uma estrutura urbana). Nesse contexto, as migrações deixariam de significar apenas uma redistribuição espacial da

¹ Termo utilizado por José Graziano da Silva (SILVA, 1997) para designar as novas ruralidades observadas no meio rural. Trata-se da junção dos termos *rural* e *urbano*.

população para se tornar um processo determinado pela industrialização. Ela provocaria, inegavelmente, a transferência de atividades do campo para a cidade e, no mesmo fluxo, a migração de pessoas. Todavia, nos moldes da produção capitalista, as transferências e migrações não se operam de forma igualitária; elas ocorrem em direção, principalmente, a determinadas regiões, quais sejam, as mais urbanizadas, permitindo o esvaziamento de outras e, com este, a existência de severas desigualdades regionais, possivelmente o motor das grandes migrações em direção às cidades.

A cidade, segundo Castells (2000),

é o lugar geográfico onde se instala a superestrutura político-administrativa de uma sociedade que chegou a um ponto de desenvolvimento técnico social (natural e cultural) de tal ordem que existe uma diferenciação do produto em reprodução simples e ampliada da força de trabalho, chegando a um sistema de distribuição e de troca, que supõe a existência: 1. de um sistema de classes sociais; 2. de um sistema político permitindo ao mesmo tempo o funcionamento do conjunto social e o domínio de uma classe; 3. de um sistema institucional de investimento, em particular no que concerne à cultura e à técnica; 4. De um sistema de troca com o exterior (p. 43)

Mas a urbanização, lado outro, pode se referir à composição de formas espaciais próprias das sociedades humanas, cuja principal característica é a concentração de populações e uma série de atividades, num espaço determinado. De modo similar, a urbanização tangencia a subsistência, ademais da difusão, de um sistema cultural singular, a saber, a denominada cultura urbana. (CASTELLS, 2000)

Evidencia este autor que o termo urbano é comumente utilizado para fazer remição a seu antônimo, o rural, a fim de promover a distinção entre a sociedade tradicional e a sociedade moderna. Esta representada como evoluída e aquela, como atrasada.

Valendo-se das proposições formuladas por Lefebvre, ele explica que uma sociedade será efetivamente urbana quando for completamente urbanizada e concretizada estiver a industrialização, por isso, também é chamada de sociedade pós-industrial. A sociedade urbana seria, assim, mais uma tendência do que efetivamente um fato.

A urbanização significa, então, o processo através do qual a sociedade, outrora agrária e, hoje, industrial, se tornará urbana. Ela tende a suplantiar a diferenciação campo-cidade, não porque as diferenças entre elas tendem a diminuir, mas exatamente porque ressaltadas se tornam as contradições entre o urbano e o rural.

Lefebvre compreende o homem rural como débil em relação à natureza, detentor de técnicas precárias e obrigado a despender largos períodos de tempo para alcançar o sustento próprio. A comunidade rural, por sua vez, é apreendida como uma forma de agrupamento social de famílias ligadas à terra. Tratam-se de grupos primários, regidos por disciplinas coletivas e historicamente determinadas. Se por um lado o rural significa uma limitação,

o urbano representa uma condição social em que, teoricamente, é possível superar a precariedade. [...] O urbano deve compreender também a superação do limite do *economicismo*, do valor de troca e da ideologia do consumo, que gerou a primeira crise da cidade. (ENDLICH, 2006)

Apesar de o capitalismo haver criado as condições que permitiriam a superação da denunciada precariedade, à sociedade não foi permitido usufruir dos avanços e vantagens criadas, devido às contradições inerentes ao sistema. Assim, a superação destas contradições, a apropriação do tempo e do espaço pelos homens, enfim, o resgate do valor de uso nas

idades e no campo, garantindo “que as conquistas socialmente produzidas possam ser apropriadas por todos, [pela] vida urbana, bem como o acesso e intercâmbio de manifestações culturais diversas”, resume uma sociedade urbana. (ENDLICH, 2006, p. 27)

Os espaços rurais, de fato, suportaram profundas transformações produzidas pelo processo de urbanização. Para o referenciado autor, essas alterações contribuíram para dissolver os valores rurais, considerados cômicos, de modo que as poucas práticas sobreviventes seriam compreendidas como meros resquícios do rural.

Na concepção de Singer (1990) a cidade é a sede da classe dominante, posto ser, também, a do poder. Por outro lado, o campo é local onde se realiza a atividade primária, junto à natureza, oportunidade em que o homem dela extrai o necessário para a satisfação de suas necessidades. Esse é o monopólio do campo, muito embora possam existir lavradores que residam em cidades e produtos primários cuja transformação final ocorra nas cidades.

Silva (1997) atesta que a diferenciação entre campo e cidade se fez oportuna, para os autores clássicos, com o objetivo de relacionar o conflito entre duas realidades sociais distintas, sobremodo, em face das forças capitalistas que avançavam sobre as estruturas feudais. Distinguir o urbano do rural implicava na evidencição das classes sociais que contribuíram (os cidadãos) ou se opuseram (os camponeses) ao sistema capitalista. Como consequência, o rural passou a ser representado como a “velha ordem social”, enquanto o urbano, como o progresso das novas forças sociais.

Compreender o rural como sinônimo de atraso foi importante para os projetos dos funcionalistas norte-americanos. Através da imputação de semelhantes caracteres, foi possível justificar inúmeras intervenções tendentes a modificar, para modernizar, o campo. O meio rural foi alcunhado de paupérrimo e, para “contribuir” com a superação da pobreza dos camponeses, lhe foi “proposto” aceitar a introdução de novos fatores, que até então lhes eram desconhecidos: sementes geneticamente modificadas, defensivos químicos, maquinaria industrial e mesmo um sistema educacional urbanizado, revela o autor.

A cidade e o campo são analisados pelos informados autores segundo a perspectiva do conflito (de uma possível luta entre os dois mencionados espaços) e da materialidade, (das relações materiais de produção). As características particulares dos espaços seriam, tanto quanto o são as relações sociais, determinadas pelas estruturas da produção.

A cidade expressaria essas relações sociais, permitindo a reprodução, no sentido estrito (econômico) ou largo (da vida ordinária), do capitalismo. Ela seria o lugar do mercado, sustentado pelo campo, quem produz o excedente agrícola necessário à sobrevivência nas cidades, já que elas não produzem os próprios meios de subsistência. Em resumo, ela representa a organização espacial do aludido sistema e a divisão do trabalho por ele determinada.

Jean Rémy e Liliane Voyé propuseram análises distanciadas das acima apresentadas, em virtude de não incorporarem elementos como as relações de produção. Os espaços, aqui incluídas as cidades e o campo, não poderiam ser estudadas tendo em conta unicamente as representações da materialidade, as relações de produção e reprodução. Seria necessário considerar (à semelhança do que fez Weber) esses espaços como atores que possibilitam a existência de relações sociais; é no espaço que elas se tornam visíveis, conforme explica Plassard (2000).

A cidade é definida pelos últimos apontados autores a partir da urbanização, caracterizada pela mobilidade espacial como organizador da vida cotidiana. Nessa perspectiva, o urbano se demarca pelo movimento físico e nas posições sociais. No campo, diferentemente, em decorrência de o predomínio das atividades serem as agrícolas, a organização espacial pouco possibilita a mobilidade. Enquanto na cidade verificam-se

distintos cenários nos quais variadas funções são desenvolvidas (existe o local de moradia, de trabalho, da vida pública etc. e é preciso se deslocar continuamente), no campo as mais diversas atividades são agrupadas quase que num mesmo lugar. Assim, a terra destinada ao cultivo é próxima ao local de habitação.

As relações sociais no campo estabelecem-se segundo critérios de solidariedade e confiança, o controle social é mais intenso, desenhando grupos mais coesos e hierarquizados. A concepção espacial e de tempo são demarcadas pela estabilidade e circularidade, respectivamente.

Ao contrário do campo, na cidade as relações de vizinhança são pouco valorizadas e sedem lugar às organizações. O exterior é mais valorizado, tanto no que toca aos indivíduos quanto ao trabalho, como, por exemplo, o trabalho externo, pouco apreciado quando comparado ao doméstico.

Como se nota, os autores ressaltam as diferenças entre a cidade e o campo. Eles não são por eles opostos como realidades contraditórias e em conflito. Essa abordagem evidencia as práticas sociais, os modos de vida observados em cada um, como possibilidades oferecidas, também (ele não é o único elemento), pelo espaço.

Mas a delimitação exata do que pode ser considerado meio rural ou, em seu oposto, tipicamente urbano vem se tornando difícil posto que, embora a urbanização avance sobre o meio rural, por força da industrialização a ela imposta (e redução das distâncias), observa-se certo enfraquecimento do domínio agrícola no meio rural; ao mesmo tempo, um resgate dos valores nele partilhados. Paradoxalmente ele seria desejado tanto quanto rejeitado.

Hoje subsiste um conjunto de atividades não-agrícolas (como a prestação de serviços atrelados ao lazer) que integram as atividades econômicas desenvolvidas no meio rural. Isso denota, para Carneiro (1997), que o rural não desaparece ou tende a desaparecer por completo, como parece propor Endlich (2006).

Nos países considerados desenvolvidos, a combinação de atividades agrárias com as não-agrárias, isto é, de agricultores em tempo parcial, aponta sinais de uma possível “desespecialização” da divisão social do trabalho entre a cidade e o campo. A figura do *part-time farmer* faz referência a um ator que é, ao mesmo tempo, rural e urbano. Ele é agricultor, mas também realiza atividades tipicamente urbanas, fora ou dentro de seu estabelecimento. Enfim, ele não mais se dedica unicamente a uma atividade outrora recortada como rural, ou seja, especializada como do campo. Motivo pelo qual Silva (1997) conclui que a pluriatividade é um importante na construção da identidade e modificação da paisagem do mundo rural, seja nos países que primeiro se industrializaram, seja no Brasil.

Carneiro (1997) convida a pensar o rural e o urbano de forma integradora, de modo a considerar os dois ambientes como espaços que se relacionam e, a partir desse relacionamento, reproduzem modos de vida que se afastam e se tocam. O homem considerado urbano também é consumidor de bens materiais (neles abrangidos o contato com natureza, os produtos “naturais”, e não apenas os derivados do agronegócio, dentre diversos outros) e, igualmente, de bens simbólicos (a exemplificar, a cultura intitulada *country*) próprios do meio rural. Isto porque,

a sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida dos grandes centros. O contato com a natureza é, então, realçado por um sistema de valores alternativos, neoruralista e antiprodutivistas. O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos “purificadores” do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. (p. 57)

O mundo rural e o urbano podem hoje ser acessados de forma facilitada e mais veloz. A mobilidade que se processa entre ambos tornam possíveis intercâmbios. Enquanto as profecias orbitavam a devastação do rural pelo urbano, o primeiro parece ser reforçado e garantido pelas possibilidades desse intercâmbio. Esses tipos intermediário, rurbanos, reafirmariam o surgimento de novas ruralidades e não no aniquilamento do campo, ou do rural, pela cidade, tampouco pelo urbano.

CONCLUSÕES

Os processos de urbanização, guiados pela industrialização, marcaram profundamente a sociedade, chegando a ferir, quase para a morte, como pensaram muitos, o meio rural. A indústria se fixava nas cidades e mesmo que não se fixassem era certa a formação de uma cidade seu entorno. Até o campo foi alcançado por seus efeitos e os camponeses, que já consumiam produtos manufaturados, tornaram-se consumidores, sob pena de inviável se tornar a realização mesmo das atividades primárias. Uma série de atividades foram transferidas e grandes massas populacionais migraram para os centros industriais. Conseqüentemente, tornou-se comum a formação de vazios improdutivos e, com isso, o acarretamento de desigualdades regionais.

Embora o processo de urbanização (processo que, pela industrialização completa da sociedade – campo, cidade e instituições que relacionam ambas as esferas – pretende superar a industrialização e alcançar o valor de uso na sociedade) tenha avançado sobre as cidades, outrora agrárias e, mais tarde, comerciais, como também sobre o campo, parece que novas formas de vida, adaptadas, foram reproduzidas tanto na cidade, quanto no campo.

O meio rural comporta, hoje, muito do homem urbano, inclusive compartilha de atividades econômicas não-agrícolas. De modo semelhante, o homem cidadão tem buscado o resgate de formas de vida orientada por valores rurais, como a vida saudável e mais tranquila e o contato com a natureza.

Se é verdade que a urbanidade ultrapassou as cidades (transformou o campo); se é correto afirmar que as fronteiras, tanto físicas, quanto de comportamentos sociais entre a cidade e o campo estão sendo constantemente mitigadas; se podemos assegurar que campo e cidade estão relacionados, não numa relação unicamente de dependência, mas enquanto integrantes de um contínuo societal; finalmente, se pudermos considerar os espaços (o campo e a cidade) como possibilitadores de formas específicas de vida; então, é lícito falar que o urbano, e as cidades, quando penetra o rural, cria, em lugar de destruir, formas particulares de vida, consistentes em tipos intermediários entre ambas as realidades (contraditórias, porém não conflituosas, mas intercambiantes).

Referências

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades: novas identidades em construção**. In: anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural. Natal: 1997.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ENDLICH, Ângela Maria. **Perspectivas sobre o urbano e o rural**. In: ENDLICH, Ângela Maria, SPOSITO, Maria E. B. e WHITACKER, Arthur M. Cidade e Campo: relações entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **El derecho a La ciudad**. Barcelona: Ediciones Península, 1969.

_____. **A cidade do capital**. A cidade do capital. Rio de Janeiro: DP&Aeditora, 1999.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

PLASSARD, François. L'espace produit. In: **Economie spatiale**. Lyon: Université Lyon 2, 2000.

SILVA, José Graziano. O novo rural brasileiro. In: **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, 1997.

SINGER, Paul. **A economia política da urbanização**. 12. Ed.. Brasília: Brasiliense, 1990.

WEBER. Max. Conceito e Categorias da Cidade. In VELHO, Otavio Guilherme (org.) **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

_____. **Origem do capitalismo moderno**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.